

# Oxford COVID-19 Government Response Tracker

## Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

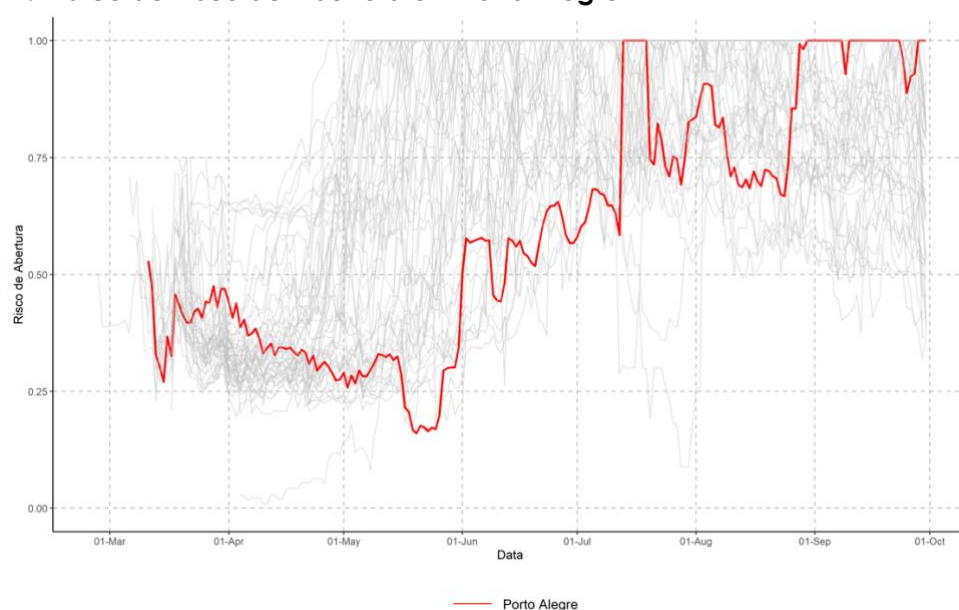
### Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul



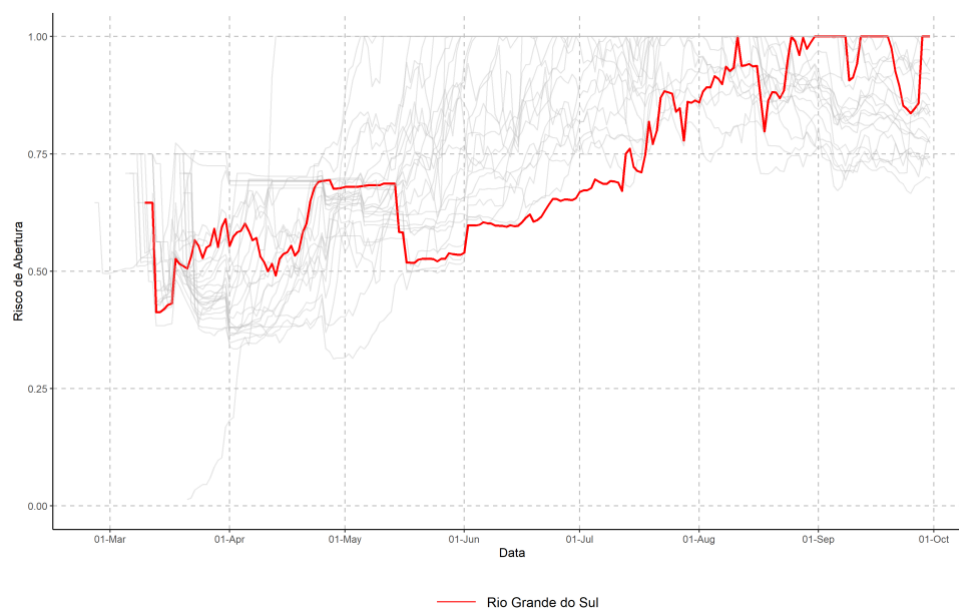
Região	Rio Grande Do Sul / Porto Alegre
Período	Junho a outubro de 2020
Autoria	Luiz Eduardo Barbieri Bedendo, Pedro Arcain Riccetto, Rodrigo Furst de Freitas Accetta, Maria Luciano e Beatriz Kira

**Figura RS.1 – Índice de Risco de Abertura (Risk of Openness Index - RoOI)**

#### A. Índice de Risco de Abertura em Porto Alegre



#### B. Índice de Risco de Abertura no Rio Grande do Sul



# Oxford COVID-19 Government Response Tracker

## Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

### Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul



#### Respostas dos governos estadual e municipal

A Figura 1 indica como o Risco de Abertura cresceu em todos os estados e cidades ao longo do tempo, e, apesar de pequenas oscilações ao longo do tempo, estava no nível máximo em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul ao final de setembro.

O período de junho a outubro de 2020 é caracterizado pela ampliação de medidas de reabertura e retomada das atividades iniciadas no mês de maio. No decorrer desses meses, o governo estadual emitiu uma série de decretos estaduais com a finalidade de reiterar os termos do Sistema de Distanciamento Controlado<sup>1</sup> e adaptar as medidas sanitárias de acordo com a variação de bandeiras por região. Medidas sanitárias permanentes foram mantidas, como o uso obrigatório de máscaras em locais públicos e em estabelecimentos comerciais, restrições de circulação e reuniões presenciais e o distanciamento interpessoal mínimo de dois metros.

O Em 15 de junho, o governo estadual autorizou a realização de atividades presenciais de ensino em instituições de ensino ou privados para educação básica, fundamental, ensino médio e superior, além de creches e pré-escolas. Como condição, o governo exige que as medidas sanitárias sejam obedecidas a todo o tempo e que a instituição de ensino não esteja localizada em alguma das áreas classificadas como bandeira vermelha ou preta. O retorno presencial das atividades dependeria ainda de regras específicas, estabelecidas pelas Secretaria Estadual de Saúde e pela Secretaria Estadual de Educação.

Não houve determinação de medidas rígidas de permanência em casa (*lockdown*) durante o período analisado e o transporte público de passageiros municipal, estadual e interestadual continuou a funcionar obedecendo às imposições sanitárias gerais vigentes. Eventos como feiras, exposições corporativas ou comerciais, seminários e congressos foram autorizados desde junho, condicionados aos critérios estabelecidos no Sistema de Distanciamento Controlado. A política de testagem estadual direcionada aos indivíduos que apresentam sintomas foi mantida, e o estado do RS seguiu sem adotar medidas específicas de rastreamento de contato.

Não obstante os protocolos instituídos, a implementação da política de distanciamento controlado coincide com o aumento do número de casos confirmados durante o período de vigência, que passou de pouco mais de 13.000 em 5 de junho para mais de 200.000 em 3 de agosto. A média móvel de óbitos por dia saltou de 8 por dia no início de junho para 57 por dia no início de agosto, atingindo o pico de 72 óbitos em um único dia em 3 de agosto.

Na capital, a prefeitura de Porto Alegre emitiu novo decreto em resposta ao aumento do número de casos em 24 de junho, estabelecendo medidas mais restritivas em comparação às vigentes no mês de maio. Estabelecimentos comerciais não categorizados como de natureza essencial, de

---

<sup>1</sup> O Sistema de Distanciamento Controlado adotado no Estado é composto por bandeiras representativas do grau de restrição imposto (amarela, menos restritiva; laranja; vermelha; ou preta, mais restritiva), de acordo com indicadores como propagação da COVID-19 e capacidade de atendimento do sistema de saúde.

# **Oxford COVID-19 Government Response Tracker**

## **Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil**

### **Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul**



prestação de serviços e industriais, ou de atividades de construção civil fecharam as portas na cidade.

Entre agosto e outubro, o governo municipal passou a flexibilizar gradualmente as medidas de restrição adotadas em junho. Em 1º de setembro, a prefeitura permitiu a reabertura de bares, restaurantes e praças de alimentação em shopping centers para consumo no local, desde que obedecidas regras de distanciamento.

No início de outubro, a administração municipal permitiu o retorno presencial das atividades letivas das redes privadas e públicas de Porto Alegre para educação infantil, terceiro ano do ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos (EJA) a partir de 5 de outubro; o retorno do ensino fundamental 1, especial e EJA (ensino municipal) a partir do dia 13 de outubro; e o retorno do ensino fundamental 2, especial e restante do ensino médio a partir de 3 de novembro. Em todos os casos, os estabelecimentos de ensino devem seguir um protocolo sanitário obrigatório (distanciamento físico de pelo menos 2 metros, uso de máscaras, desinfecção diária de superfícies de contato, entre outras).

Entre julho e outubro de 2020, Porto Alegre vivenciou um aumento de casos confirmados, que saltou de 5.700 casos em no início de julho para mais de 35.000 no início de outubro, e número de óbitos subiu de 138 no início de julho para 1.057 no início de outubro.

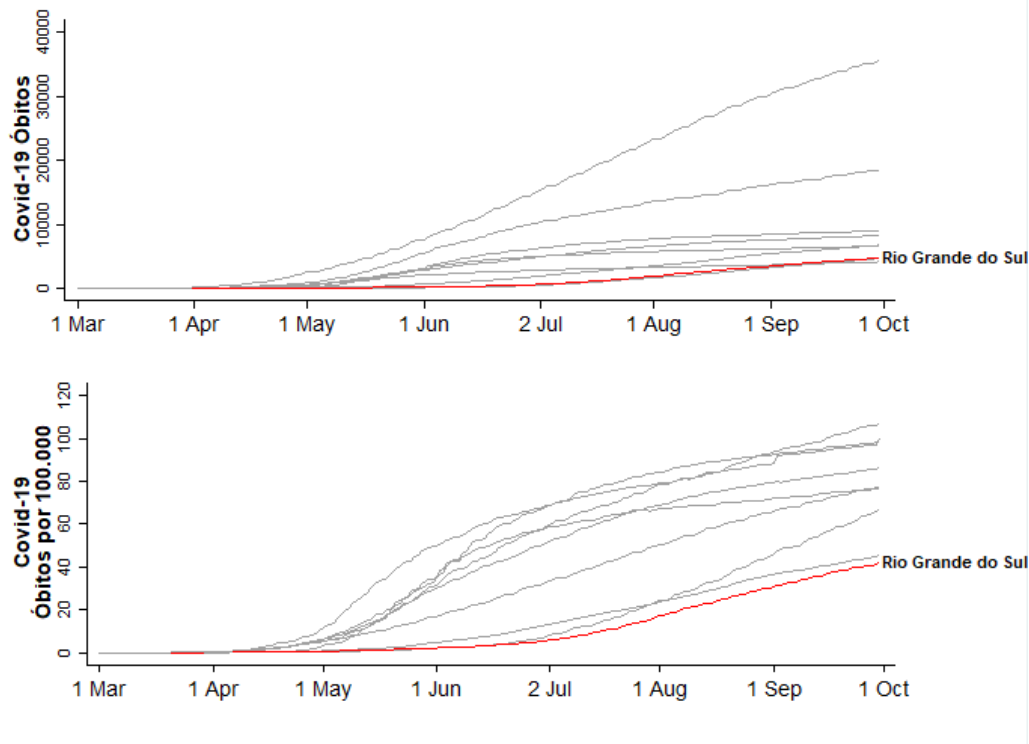
# Oxford COVID-19 Government Response Tracker

## Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

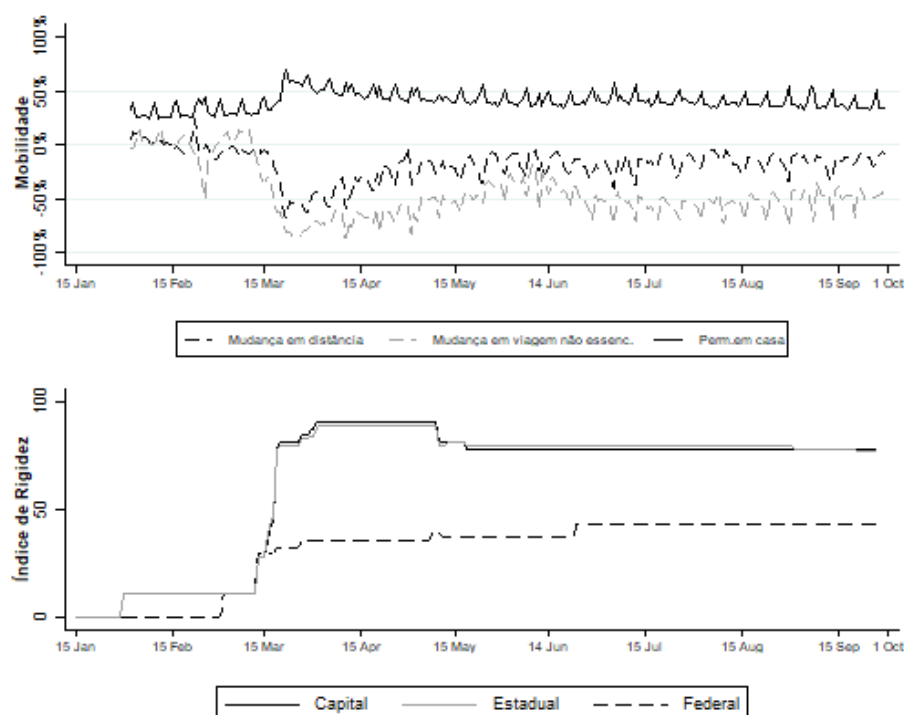
### Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul



**Figura RS.2 – Número acumulado de óbitos e óbitos per capita no Rio Grande do Sul e nos outros oito estados pesquisados**



**Figura RS.3 – Indicadores de mobilidade para o Rio Grande do Sul e o índice OxCGRT de rigidez para diferentes níveis de governo**



# Oxford COVID-19 Government Response Tracker

## Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

### Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul



#### Resultados da pesquisa em Porto Alegre

Porto Alegre tem 1,5 milhão de habitantes e 15% da população tem mais de 60 anos de idade. O padrão de vida é relativamente alto: seu IDH é de 0,805, tornando-a a terceira capital mais desenvolvida do Brasil (de 27).

A permanência em casa nas duas semanas anteriores à pesquisa realizada entre 6 de abril e 27 de maio foi algo raro entre os residentes de Porto Alegre: apenas 10% dos entrevistados relataram não terem saído de casa. Padrão semelhante foi observado na quinzena anterior ao período entre 27 de julho e 2 de outubro, com apenas 8% dos entrevistados declarando não terem saído de casa nesse período. Aqueles que saíram de casa o fizeram em média em 6,1 dias nas semanas anteriores ao primeiro período, em comparação aos 6,7 dias nas semanas anteriores ao segundo período. Dentre os entrevistados no primeiro período, a maioria (79%) saiu de casa para atividades essenciais, como ir ao supermercado, farmácia ou banco. Quase um terço, 30%, saiu para ir ao trabalho (comparado a 61% em fevereiro). Já dentre os entrevistados no segundo período, a maioria (73%) saiu de casa para atividades essenciais, enquanto quase metade (47%) saiu para trabalhar (comparado aos 66% que o fizeram em fevereiro).

Aqueles que saíram de casa durante as duas semanas anteriores ao primeiro e segundo períodos estimaram que, em média, 76% e 83% das pessoas, respectivamente, usavam máscaras nas ruas. Quatro por cento dos entrevistados no primeiro período foram testados para Covid-19, em comparação aos 12% do segundo período. Apenas 1% das pessoas entrevistadas no primeiro período disseram que haviam tentado fazer um teste sem sucesso, o que não foi declarado por nenhum dos entrevistados do segundo período. Seis por cento dos entrevistados relataram terem tido pelo menos um sintoma na semana anterior à entrevista realizado no primeiro período, em comparação a 18% do segundo.

A interrupção dos serviços de transporte público fez pouco em evitar que os entrevistados deixassem de realizar suas atividades pretendidas: esse foi o caso para apenas 9% e 12% das pessoas no primeiro e segundo períodos, respectivamente. Vinte e seis por cento dos residentes de Porto Alegre usaram o transporte público na quinzena anterior ao período entre 22 de abril e 13 de maio, em comparação a 31% durante as duas semanas anteriores ao período entre 27 de julho e 2 de outubro; 53% e 51% dos entrevistados no primeiro e segundo períodos, respectivamente, declararam terem usado o serviço em fevereiro.

Os índices de conhecimento sobre os sintomas de Covid-19 e sobre o significado e as práticas de auto-isolamento em Porto Alegre foram semelhantes às médias das respostas nas nove populações urbanas estudadas. Os índices médios foram de 82 e 81 em 100 no primeiro e segundo períodos, respectivamente, para 'conhecimento dos sintomas', e 43 e 46 em 100 no primeiro e segundo períodos, respectivamente, para 'conhecimento sobre auto-isolamento' (veja uma explicação desses índices no estudo completo).

A principal fonte de informação sobre a Covid-19 são noticiários de TV (58% e 53% no primeiro e segundo períodos, respectivamente), e jornais e sites de jornais (14% e 17% no primeiro e segundo

# Oxford COVID-19 Government Response Tracker

## Políticas de Resposta à COVID-19 no Brasil

### Policy note – Porto Alegre/Rio Grande do Sul



períodos, respectivamente). Dentre as pessoas entrevistadas entre 22 de abril e 13 de maio que viram campanhas de informação pública (65%), 73% relataram vê-las na TV, 31% se depararam com campanhas em jornais, 29% via Facebook ou Twitter, 17% em blogs e 11% via WhatsApp. Já dentre as pessoas entrevistadas entre 27 de julho e 2 de outubro que viram campanhas de informação pública (65%), 88% relataram vê-las na TV, 30% se depararam com campanhas em jornais, 22% via Facebook ou Twitter, 13% em blogs e 15% via WhatsApp. Dos que viram campanhas de informação pública no primeiro período, 59% disseram ter visto uma campanha do governo estadual (mesma proporção observada no segundo período), 42% disseram ter visto uma campanha do governo federal, em comparação a 35% no segundo período, e 31% disseram ter visto uma campanha do governo municipal, em comparação a 38% do segundo período.

Metade da amostra (50%) do primeiro período relatou reduções de renda, e quase um terço (31%) das pessoas sofreu um corte de pelo menos metade em seus rendimentos em comparação com fevereiro. No segundo período, por sua vez, quase um terço (31%) relatou reduções de renda, e um quinto (20%) das pessoas sofreu um corte de pelo menos metade em seus rendimentos em comparação com fevereiro. Cinco por cento dos entrevistados disseram que sua renda havia caído para zero no primeiro período, em comparação com 3% no segundo.

Sessenta e nove por cento das pessoas entrevistadas no primeiro período em Porto Alegre consideraram a Covid-19 muito mais sério do que uma gripe comum. As medidas governamentais adotadas para combater a propagação da doença foram avaliadas como adequadas por 62% dos entrevistados na cidade, como insuficientemente rigorosas em 30% dos casos, e como excessivamente rigorosas por apenas 8% das pessoas. Já dentre os entrevistados no segundo período, 72% consideraram a Covid-19 muito mais sério do que uma gripe comum. As medidas governamentais foram avaliadas como adequadas por 51% dos entrevistados na cidade, como insuficientemente rigorosas em 34% dos casos, e como excessivamente rigorosas por apenas 15% das pessoas.

A população, em geral, acreditava, no primeiro período, que a flexibilização dessas restrições seria um processo gradual, e que levaria, em média, 5,1 meses, em comparação aos 7,1 meses no segundo período, para que todas as medidas sejam removidas. Apenas 18% dos entrevistados entre 6 e 27 de maio em Porto Alegre acreditavam que as restrições seriam removidas todas de uma só vez.



Figura RS.4 – Distanciamento social, conhecimento e testes em Porto Alegre

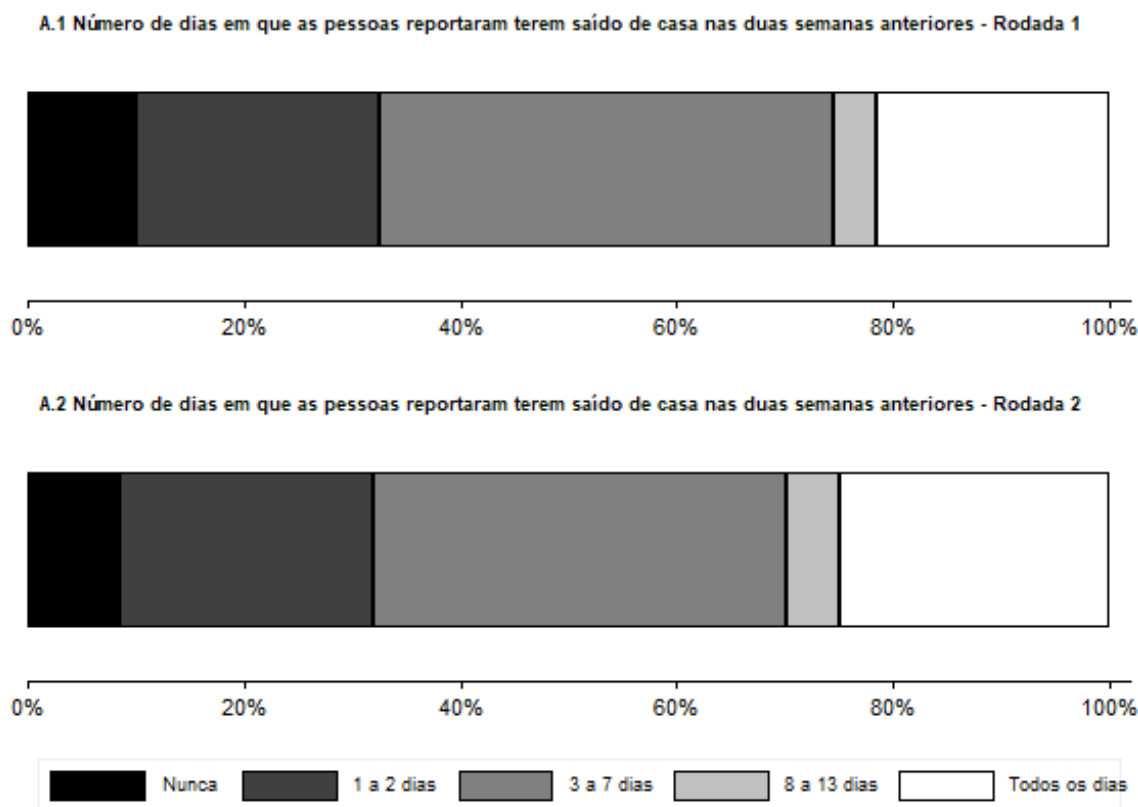
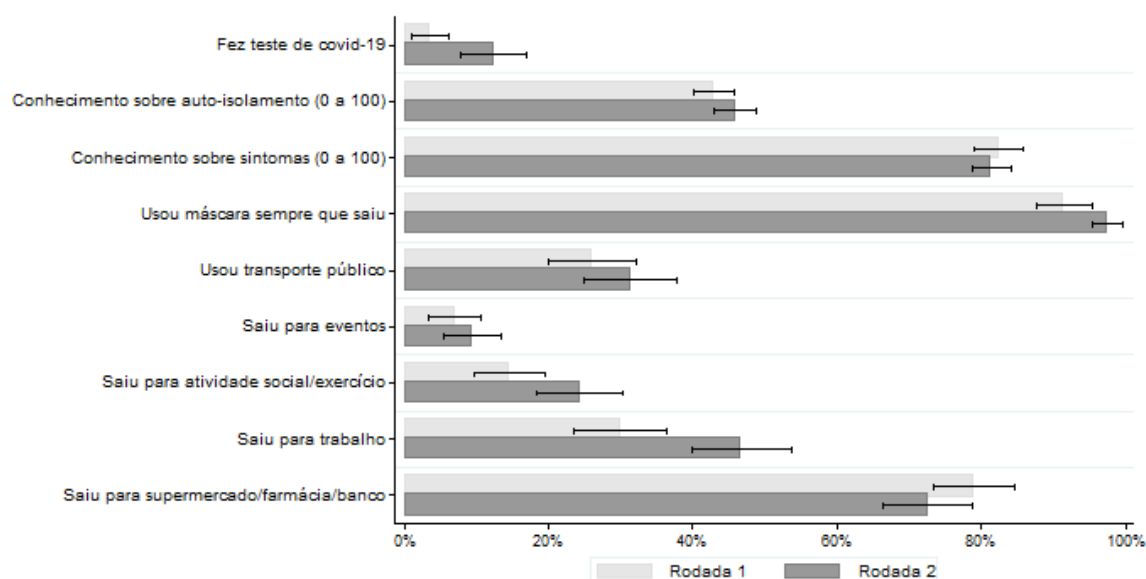


Figura RS. 5 – Teste, conhecimento, uso de máscara, e razões para sair de casa



Dados disponíveis em: <https://github.com/OxCGRT/Brazil-covid-policy>

Este resumo é parte de um estudo mais abrangente sobre as respostas governamentais à Covid-19 no Brasil. Acesse <https://www.bsg.ox.ac.uk/pesquisa-covid19-brasil> para referências completas.